



GONÇALVES, José Reginaldo; BITAR, Nina Pinheiro & GUIMARÃES, Roberta Sampaio. 2013. *A alma das coisas: patrimônios, materialidade e ressonância*

Patrícia Martins



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/aa/1234>

DOI: 10.4000/aa.1234

ISSN: 2357-738X

Editora

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (UnB)

Edição impressa

Data de publicação: 1 dezembro 2014

Paginação: 343-348

ISSN: 0102-4302

Refêrencia eletrónica

Patrícia Martins, « GONÇALVES, José Reginaldo; BITAR, Nina Pinheiro & GUIMARÃES, Roberta Sampaio. 2013. *A alma das coisas: patrimônios, materialidade e ressonância* », *Anuário Antropológico* [Online], II | 2014, posto online no dia 01 agosto 2017, consultado o 23 setembro 2020. URL : <http://journals.openedition.org/aa/1234> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/aa.1234>



Anuário Antropológico is licensed under a Creative Commons Atribuição-Uso Não-Comercial-Proibição de realização de Obras Derivadas 4.0 International.

GONÇALVES, José Reginaldo; BITAR, Nina Pinheiro & GUIMARÃES, Roberta Sampaio. 2013. *A alma das coisas: patrimônios, materialidade e ressonância*. Rio de Janeiro: Mauad: FAPERJ. 296 pp.

Patrícia Martins
PPGAS/UFSC

A experiência etnográfica apresenta ao antropólogo uma diferença irreduzível e conceitual: a de que os nativos lançam mão de conceitos ou concepções muito distintos daqueles que o próprio antropólogo leva para o campo. Se isso deve ser levado a sério, o único modo é descartar a diferença entre conceitos e coisas. Essa é uma das propostas centrais da coletânea *A alma das coisas*. Trata-se de uma volta às coisas, não mais como apelo ao mundo vivido da fenomenologia, mas à ideia de que a experiência das coisas é, ela mesma, conceitual, expressando regimes específicos na relação sujeitos x objetos.

Para os dez autores dessa coletânea, isso significa um retorno à materialidade, revestido de renovados paradigmas teórico-metodológicos observados nos estudos antropológicos, sobretudo nos últimos dez anos (Miller, 2005; Henare, Holbraad & Wastell, 2007; Ingold, 2011; Latour, 2012). Logo na apresentação, os organizadores da obra anunciam o que entendem por “materialidade”: “[...] quando aqui a utilizamos, não pretendemos designar um dado natural ou um atributo intrínseco aos objetos e lugares descritos e analisados. Trata-se de uma categoria e, portanto, compreensível na medida em que se possam entender os diversos contextos socioculturais em que é usada e de que forma específica” (:9).

Trazendo as marcas de um debate e uma produção acadêmica realizados no âmbito do Núcleo de Antropologia dos Objetos (Nuclao), da Universidade Federal do Rio de Janeiro), a quase totalidade dos capítulos reunidos neste livro resulta de teses e dissertações orientadas pelo professor José Reginaldo Santos Gonçalves. Neles, revela-se uma revisão conceitual e semântica em torno da categoria de “patrimônio”, sobretudo no que tange à recente polarização entre o material e o imaterial da cultura. Para além de lançar luz em questões concernentes à materialidade da vida social, os capítulos atualizam e deslocam as discussões a respeito de “teorias” apropriadas aos materiais etnográficos, lembrando-nos que algumas dessas classificações só fazem sentido quando confrontadas com a realidade empírica vivenciada no campo de pesquisa.

Nesse sentido, a “alma das coisas”, na contramão do que vem sido empreendido pelas políticas culturais de patrimonialização em nosso país, visa trazer para este debate indagações sobre a natureza mesma dessas distinções, perguntando-se: “afinal, como separar a materialidade e a imaterialidade de uma edificação, de uma prática culinária ou de determinadas festas populares? Essa separação, que tão facilmente tomamos como natural, será mesmo de validade universal? (:11).

Investigando o papel dos objetos materiais, em geral, e daqueles classificados como itens de coleções, museus e patrimônios, em especial, cada um dos dez capítulos demonstra a forma como tais objetos não apenas desempenham a função de marcadores de nossas identidades individuais e coletivas, mas contribuem decisivamente para a sua constituição e percepção subjetiva. Em sua presença incontornável e difusa, usados privada ou publicamente, colecionados e expostos em museus ou como patrimônios culturais no espaço das cidades, os objetos influenciam a vida de cada um de nós. Perceber e reconhecer esse fato pode trazer novas perspectivas sobre os processos pelos quais definimos, estabilizamos ou questionamos nossas memórias, identidades e patrimônios. Há alguns anos, Appadurai (1987) argumentou que os objetos podem ser vistos como atores sociais, pelo menos do ponto de vista metodológico: pontos focais a partir dos quais analisamos certo contexto social, vendo os valores que eles põem em jogo, as discussões e os movimentos que eles provocam, enfim, como eles influenciam numa situação de formas às vezes imprevisíveis, provocando transformações inéditas.

É o que nos demonstra o capítulo de Daniel Bitter, sobre bandeiras e máscaras dentro de uma Folia de Reis no Complexo da Mangueira, no Rio de Janeiro. Para esse autor, “[...] são objetos que se aproximam pela capacidade de realizar mediações, bem como de produzir efeitos sobre as pessoas, revelando-se ambivalentes, simultaneamente materiais e imateriais, objetivos e subjetivos (:125). No mesmo sentido, Nina Pinheiro Bitar, ao analisar a relação entre pessoas e um determinado tipo de comida, o acarajé, propõe pensar os objetos materiais não apenas a partir de funções utilitárias, mas como mediadores da vida social. Para ela, “trata-se de um processo tanto metafórico, em que o acarajé significa algo e representa algo, quanto metonímico (Bateson, 2000), na medida em que as baianas estão construindo a si mesmas ao fazer e vender o acarajé de determinada forma” (:82).

Podem os objetos ser atores não só metodologicamente, mas de forma efetiva? Alfred Gell (1998) argumentou que, em muitas sociedades, os objetos podem ter “agência” (*agency*), as pessoas podem reconhecer neles intenções e vê-los

como sujeitos da ação social. O capítulo de Roger Sansi, sobre pedras ocultas em uso nos terreiros de candomblé, as *otã* ou *itã*, que são retiradas de seu contexto religioso e transpostas para uma exposição museológica, nos traz reflexões acerca da “agência” polissêmica de um mesmo objeto. Como o autor revela, “existem objetos que não podem ser exibidos em museus porque não podem ser vistos” (:117). O caso da machadinha *kàjre*, pertencente aos Krahô, analisado por Ana Gabriela Morim de Lima, demonstra essa territorialização e reterritorialização de determinados objetos. Do mesmo modo que a *otã* do candomblé baiano, a machadinha traçou um movimento da aldeia ao museu, e à aldeia novamente. De modo nenhum a machadinha continuou a mesma: “o *kàjre* é, assim, mais uma vez ressignificado pelos contextos nos quais se desloca e pelas redes e relações em que se insere” (:200); ao retornar para a aldeia, após 39 anos de ausência, a machadinha tornou-se um símbolo pela luta de afirmação identitária Krahô. Portanto, para a autora, o *kàjre* “pode ser um exemplo interessante de flexibilidade cultural” (:204).

Nesse sentido, pode-se revelar a “agência” do objeto, o que ele faz pensar, dizer ou fazer, como ele é reapropriado, não só como uma extensão da “agência da pessoa distribuída” dos seus criadores, mas na sua relação particular com o tempo e o espaço, e a resistência que essa relação faz evidente. Em mais um caso etnográfico que reconstrói fluxos e movimentos de objetos, Clarisse Kubrusly menciona a boneca Joventina, calunga de maracatu pernambucano doada à pesquisadora norte-americana Katarina Real na década de 1960. Real torna-se a guardiã de Joventina e a boneca parte para seu exílio. Assim “os objetos são deslocados e transformados em símbolos abstratos, tornando-se metonímias da ‘cultura’ e de suas diversas possibilidades” (:215). As bonecas do maracatu podem ser “concebidas como verdadeiros sujeitos de ação, desestabilizam nossas noções de sujeito e objeto” (:227).

Situações ambíguas, nas quais não é evidente quem é o sujeito e quem é o objeto da ação, revelam, por sua vez, a potência das “coisas” e sua capacidade agenciadora. Nas sociedades moderno-ocidentais, a tônica está no sujeito, impossibilitando que se perceba a agência dos objetos. De fato, a negação da possibilidade de que objetos e qualquer entidade não humana sejam atores sociais é constitutiva da modernidade, como bem argumentou Bruno Latour (1994).

Ao abordar a morada e a casa na perspectiva de sua materialidade, Anelise dos Santos Gutterres demonstra o aspecto íntimo e familiar da construção de patrimônios pessoais. Por meio da “ressonância de objetos familiares”, memórias se constituem em fluxos de agenciamentos “entre humanos, antepassados

e contemporâneos; objetos guardados ou jogados fora” (:289), criando redes de relações configuradas na experiência constitutiva dessas moradas e seus objetos.

Do mesmo modo, revela-se a partir do capítulo de Alberto Goyena um caso etnográfico que nos faz refletir sobre a complexidade do ato de “construir” ou “preservar”, em um contexto onde “patrimônios” são destruídos. Ao narrar a destruição de duas estátuas de Buda localizadas no Afeganistão pelo regime talibã, amplamente divulgada pela rede televisiva do regime, o autor sugere que “é também demolindo que lembramos e preservando que esquecemos” (:44). Dotadas de diferentes “camadas de significação”, as estátuas de Buda, em sua destruição, foram capazes de desvelar novas histórias e novos objetos. Assim, “talvez haja também o que aprender sobre as ‘coisas’, quebrando-as” (:43).

Com Roberta Sampaio Guimarães, somos levados a pensar sobre a construção social de um patrimônio do urbanismo carioca localizado na zona portuária. Ao relatar as formas e os modelos implícitos nesses projetos de urbanização, a autora revela a continuidade dos ideais de progresso e civilidade: “as memórias e formas de habitar concebidas pelos planejadores se distinguem de outras tantas, e cada pedra ou sobrado por eles modificado era capaz de mobilizar diferentes subjetividades, contranarrativas e conflitos” (:49-50). Desse modo, na disputa pela “origem portuguesa” ou pela “origem africana” desse sítio histórico, demonstra-se a “ação colecionadora e exibicionária”, em que a materialização de diferentes imaginários, além de afirmar identidades e memórias, aciona processos políticos e sociais a partir desses espaços.

Espaços e circulações são tema também do artigo de Flora Moana Van de Beuque, em um estudo da careta de cazumba, com base na experiência de um artesão e brincante do bumba meu boi do Maranhão, Abel Teixeira. A autora direciona sua análise em busca “da biografia cultural das máscaras do cazumba por seus distintos contextos de significação” (:233); Porém, ao longo de seu trabalho de campo, percebe que “Abel e a máscara constituíam-se como uma díade inseparável [...]. A circulação da máscara se dava junto com Abel; e, nesse processo, ambos se ressignificavam” (:233). Mais uma vez, temos o esfacelamento de uma das grandes certezas do pensamento ocidental, a distinção entre sujeito e objeto.

É em um contexto festivo que Luzimar Paulo Pereira irá abordar a noção de “fartura” ao longo das folias de reis na cidade de Urucaia, em Minas Gerais. A comida que envolve a circulação de uma folia tem papel fundamental nesse ambiente, instituindo relações, e estabelecendo hierarquias e reciprocidades. Para Pereira, os alimentos podem também ser pensados como “[...] parte integrante da cultura material. Na medida em que circulam permanentemente na vida

social, eles podem ser descritos e analisados em seus movimentos e transformações pelos mais diversos contextos sociais e simbólicos” (:160).

Essa nova ênfase na agência de objetos, ou mesmo nas “coisas”, vem coroar um processo de críticas ao modelo representacionista nas ciências humanas e sociais. O deslocamento da atenção do significado para a eficácia das “coisas” tem um rendimento particularmente interessante no contexto da análise dos processos de patrimonialização, desfazendo ou, ao menos, problematizando as categorias constantemente reificadas pelos atores envolvidos nessa arena: agências governamentais, pesquisadores acadêmicos e os próprios detentores desses patrimônios. Se a proposta do livro foi demonstrar a “agência de objetos” a partir do pressuposto da equivalência entre pessoas e “coisas” em seus efeitos e potências, alguns desafios ainda se impõem para esse campo de estudo. Descrever e analisar a “alma das coisas” pressupõe considerarmos suas propriedades, seus fluxos e suas agências, integradas aos seus modos de produção e circulação, elementos bem demonstrados ao longo dos capítulos da obra.

Referências bibliográficas

APPADURAI, Arjun. *The social life of things: commodities in cultural perspective*. London. Cambridge University press, 1987.

HENARE, Amiria et al. *Thinking through things: theorizing artefacts ethnographically*. London/New York: Routledge, 2007.

GELL, Alfred. *Art and agency: an anthropological theory*. Oxford: Clarendon, 1998.

INGOLD, TIM. *Being Alive: essays on movement, knowledge and description*. London: Routledge, 2011.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

_____ *Reagregando o social*. Salvador: Edufba, 2012.

MILLER, Daniel. *Materiality*. Durham/London. Duke University Press, 2005.